

PARADIGMA E MOVIMENTO SOCIAL: POR ONDE ANDAM NOSSAS IDÉIAS?

L. A. Machado da Silva (IUPERJ) *

Ana Clara T. Ribeiro (UFRJ)**

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir a produção a respeito da natureza interna de certos conjuntos de manifestações coletivas que têm sido denominadas de movimentos sociais urbanos. Para isso, partimos do conceito de "paradigma", tal como desenvolvido por Thomas Kuhn em vários trabalhos, em particular Kuhn (1975). É fato que entre as características do "paradigma da ciência normal" apontada por este autor e os textos comentados no presente artigo certamente existe uma enorme distância.¹ Mas esta distância, sendo mais de natureza quantitativa que qualitativa, não impede que o recurso do conceito de paradigma ajude a propor questões não (ou mal) resolvidas pelos trabalhos de investigação daquelas manifestações coletivas.²

O recurso ao conceito de paradigma como forma de aproximação ao tema apresenta certas implicações que merecem alguns breves comentários introdutórios.

* Sociólogo da IUPERJ.

** Sociólogo da UFRJ.

1 KUHN (1975:35) é muito explícito em relação à ciência social como um todo: "Permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas". Mas a questão é colocada em termos do desenvolvimento histórico da disciplina, mais que de diferenças de conteúdo opondo "ciência natural" a ciência social".

2 A produção em torno do tema é muito ampla, de modo que não pretendemos ser exaustivos: as referências bibliográficas aqui apresentadas devem ser entendidas como meras ilustrações. Além disso, trabalhamos fundamentalmente com o material apresentado nas diversas reuniões da ANPOCS, que consideramos razoavelmente representativos do conjunto da literatura — suposição que nos parece razoável e já foi feita por outros autores (cfr., por exemplo, BOSCHI, (1983).

Todo o trabalho de Kuhn está voltado para a discussão da natureza da ciência e da estrutura e evolução do conhecimento científico, a partir de uma concepção historicizada de ciência que polemiza com o que ele denomina “desenvolvimento-por-acumulação” (KUHN, 1975: 21). Na perspectiva de Kuhn, “erros”, “superstições”, “mitos”, “crenças”, são parte integrante da “ciência normal”,³ que além do mais é “baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo” (KUHN, 1975:24).

Tem-se a partir daí a primeira consequência do uso do conceito de paradigma. Ao adotá-lo estamos tomando a literatura sobre movimentos sociais urbanos como *produção científica*. Assumindo a perspectiva de Kuhn, implicitamente evitamos enveredar por uma estéril discussão de suas bases ideológicas — sem, no entanto, escamotear a abordagem de uma série de questões relevantes que têm uma contrapartida ideológica bastante nítida. De fato, não resta dúvida de que, muitas vezes, a carga ideológica é tão forte que o estudo da natureza das manifestações coletivas se converte em análise política, com conclusões mais programáticas que analíticas. É nossa opção, tratar essas questões em termos dos *conhecimentos substantivos* (ou desconhecimentos) envolvidos.

Nesta mesma sequência de consideração, há ainda uma segunda implicação direta do uso do conceito de paradigma que precisa ser comentada. Em artigo recente, JACOBI e NUNES (1983:3) propõem uma contextualização da literatura sobre movimentos sociais urbanos, como forma de compreender seu alcance e limitações:

“(...) seria oportuna uma análise da literatura sobre movimentos sociais urbanos que tivesse como eixo a determinação do destinatário do discurso. Esta seria provavelmente uma linha de análise capaz de jogar luz na relação entre modificações na teoria e as conjunturas políticas e, conseqüentemente, o papel do analista.”

Na medida em que consideramos que as pesquisas sobre movimentos sociais urbanos se organizam como um paradigma, é nossa opinião que o que vem acontecendo com estes trabalhos é justamente uma *eliminação progressiva dos interlocutores*. Esta afirmativa não tem nada de paradoxal, pois decorre direta e imediatamente da própria aplicação do conceito de paradigma — mas merece explicação.

³ Todas as expressões entre aspas são usadas por KUHN (1975: Introdução).

Referindo-se à Óptica pré-newtoriana, KUHN (1975:33) afirma:

"Por não ser obrigado a assumir um corpo qualquer de crenças comuns, cada autor de Óptica Física sentia-se forçado a construir novamente seu campo de estudos desde os fundamentos. A escolha de observações e experiências que sustentaram tal reconstrução era relativamente livre. Não havia qualquer conjunto-padrão de métodos ou de fenômenos que todos os estudiosos da Óptica se sentissem forçados a empregar e explicar. Nestas circunstâncias o diálogo dos livros resultantes era frequentemente dirigido aos membros das outras escolas tanto quanto à natureza". E mais adiante: "O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. Aqueles que não desejam ou não são capazes de acomodar seu trabalho a ele têm que proceder isoladamente ou unir-se a algum (outro) grupo." (KUHN, 1975: 39).

Portanto, é parte integrante do processo de constituição de um paradigma e eliminação de interpretações alternativas ou, em termos menos radicais, a "internalização" do diálogo: uma vez aceito, o *paradigma tende a tornar-se seu próprio interlocutor*. Em outra palavras, consideramos o caminho proposto por JACOBI e NUNES (1983) como parte de nossa tarefa, porém acreditamos que a rota não deve ser a localização de público "exterior" às pesquisas desenvolvidas, mas antes a identificação de suas bases paradigmáticas. De fato, é nossa convicção que, ao longo do tempo, o público ao qual dirigem-se as conclusões das investigações tem tendido a se restringir cada vez mais aos demais pesquisadores interessados no tema, que trabalham a partir das mesmas concepções.⁴

Para evitar qualquer mal entendido, deve-se acrescentar que o resultado desta postura não é uma visão apenas negativa da pesquisa sobre movimentos sociais urbanos. Assim, Kuhn afirma que "a aquisição de um paradigma e do tipo de pesquisa mais esotérico que ele permite é um sinal de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar" (1975:31). Em nosso caso, a questão não se coloca em termos de maturidade, mas antes da dignificação desta área de estudos que representa sua constituição sob a forma paradigmática.

⁴ Que o "público" assim considerado seja muito reduzido não quer dizer nada: KUHN (1975) refere-se explicitamente ao fato de que em geral um paradigma é compartilhado por cerca de 25 pesquisadores.

Por outro lado, ao mesmo tempo que orienta e serve de fundamento para a atividade de pesquisa, o paradigma limita a gama de problemas propostos e a forma pela qual devem ser abordadas as questões consideradas relevantes. Para esclarecer este ponto, convém recordar o que é um paradigma:

"Com a escolha do termo pretendo sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real — exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação — proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica" (KUHN, 1975: 30). A partir daí, a atividade científica "normal" — "paradigmática" — consiste na "solução de todo o tipo de complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos" (KUHN, 1975: 5ª).

Portanto,

"(...) uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível. Numa larga medida, esses são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver (...)" Assim, "um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, pois não podem ser enunciadas nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma." (KUHN, 1975: 60).

É neste campo de reflexão que o restante do presente artigo se insere. Trata-se de contribuir para a superação do paradigma da pesquisa sobre movimentos sociais urbanos, primeiro procurando ex-

5 A rigor, o processo de constituição do paradigma de pesquisas sobre movimentos sociais urbanos nunca chegou a eliminar severas críticas, o que significa dizer que jamais se consolidou integralmente. Neste sentido, o presente artigo não é esforço isolado nem pioneiro. Nós mesmos, em trabalhos anteriores, temos participado desse trabalho de crítica. Como exemplo de críticas a diversos aspectos das investigações sobre o tema, cfr. MACHADO DA SILVA e ZICCARDI (1978); RIBEIRO (1981); CARDOSO (1983); e especialmente BOSCHI (1983 e 1984), cujas críticas são em muitos pontos semelhantes aos nossos comentários. Ver também a resenha de JACOBI (1980).

plicar seu núcleo central, para em seguida discutir a maneira pela qual ele se coloca certos problemas e não indaga a respeito de outros que julgamos tão ou mais relevantes. De fato, sabemos estar lidando com uma variedade de trabalho muito diferenciados e específicos (mesmo quando se pretendem generalizadores) — mas ao mesmo tempo sustentamos que eles se entrecruzam e complementam, e neste sentido formam *um conjunto em que as divergências podem ser grandes mas são mutuamente compreendidas e compartilhadas*.⁶

2. A CONSTITUIÇÃO E O NÚCLEO CENTRAL DO PARADIGMA

É unânime a opinião acerca do caráter desbravador e pioneiro de certos trabalhos que constituíram a função do que mais tarde seria o paradigma de pesquisas sobre movimentos sociais urbanos. Referimo-nos, especificamente, a Castells e Lojkine (esp. CASTELLS, 1972 e 1974; LOJKINE, 1977) de um lado, e Moisés e Weffort de outro (cfr. esp. MOISÉS, 1975, 1978 e 1980; WEFFORT, 1978). Note-se que há poucas referências diretas a este último autor, talvez porque sua influência tenha sido em parte mediatizada pela apropriação de algumas de suas idéias através dos trabalhadores de Moisés; sobre sua importância na literatura sobre o tema, entretanto, cfr. CARDOSO, 1983.

Como não poderia deixar de ser, os trabalhos destes autores não são paradigmáticos, pois constituem uma espécie de “pré-história” do que mais tarde viria a ser o paradigma de pesquisa aqui analisado.⁷ Parafraseando Kuhn, dir-se-ia tratar-se das primeiras sínteses incorporando novos elementos à análise, levando a uma reorganização dos modelos teóricos anteriores e, portanto, a uma nova visão geral da estrutura e dos processos sociais. Tratava-se, além disso, de sínteses independentes, que só aos poucos foram sendo articuladas em torno de certos aspectos específicos. Do ponto de vista do presente artigo, mais que discutir as contribuições desses verdadeiros

6 Neste ponto, é importante ressaltar que estamos conscientes de que nossa apropriação da bibliografia citada não faz jus a cada texto tomado isoladamente. Sendo nossa intenção reconstruir o paradigma procurando indicar os pontos de ancoragem de cada um *neste conjunto articulado* — de modo que as referências que fazemos muitas vezes *rompem a unidade interna* de cada texto,

7 Neste contexto, CASTELLS ocupa uma posição ambígua, pois se sua obra contribui para fundar o paradigma, alguns de seus trabalhos já se localizam claramente *no interior* do paradigma que ele ajudou a constituir (é o caso, por exemplo, de CASTELLS, 1980).

"founding-fathers",⁸ cumpre indicar como sua contribuição foi *especificada sob a forma do paradigma* de pesquisas sobre movimentos sociais urbanos.

De um lado, Castells e Lojkine, a partir de uma análise estrutural com forte ênfase sobre os processos econômicos, discutiam a natureza do Estado no capitalismo monopolista e apontavam para o surgimento de novas contradições, sobre as quais se fundavam certas manifestações coletivas não ou francamente institucionalizadas e cujas propriedades eram afetar as relações de classe e o próprio aparelho de Estado. (Incidentalmente, vale notar que as divergências entre esses dois autores — algumas delas explicitamente reconhecidas, como em LOJKINE, 1977, cap. 2 — não têm sido objeto de reflexão na literatura sobre movimentos sociais urbanos.) De outro lado, a partir de uma análise muito mais especificamente política que as anteriormente mencionadas, Weffort e Moisés realizaram um estudo das relações entre Estado e massas populares que configuram o populismo, procurando vislumbrar as formas de sua superação. Neste sentido, também apontam — especialmente Moisés⁹ — para manifestações coletivas que ocorriam "por fora" dos processos institucionalizados, e que apresentavam uma certa correspondência com as mobilizações que, na outra vertente de pensamento, se organizavam em torno dos meios de consumo coletivo.

É a partir dessas duas vertentes que se especifica o paradigma, e é através delas que ele pode articular uma visão global dos processos sociais. Implicitamente, estes autores propõem um novo objeto de estudo — não no sentido de novidade histórica, que certamente não era, mas no sentido de que sua incorporação à análise renovava modelos teóricos anteriores — que apenas cumpria detalhar. Passavam a ser dados também amplos conjuntos de problemas que estavam por ser decompostos para efeitos de investigação. Em outras palavras, parafraseando Kuhn, aquelas sínteses inovadoras podiam se consolidar sob a forma de quebra-cabeça de pesquisa.

Uma palavra a mais neste brevíssimo sumário sobre as origens do paradigma. Sua consolidação ocorreu no interior de conjunturas

⁸ Como não poderia deixar de ser, quase todos os trabalhos sobre o tema discutem e/ou adotam um ou outro aspecto da obra desses autores, em particular os textos devotados à análise crítica da produção a partir do paradigma. Seria portanto ocioso — além de necessariamente longo e incompleto — citar exemplos e entrar nos detalhes dessas discussões.

⁹ Além dos mencionados trabalhos individuais deste autor, cfr. também o já clássico texto de co-autoria MOISES-ALLIER (1977).

políticas¹⁰ cujas questões imediatas provocaram, em vários sentidos, uma *redução*, mais que mera *especificação*, das sínteses “pré-paradigmáticas”. Assim, a questão do papel do Estado frente à acumulação (monopolista) e às novas contradições transformou-se na análise de demandas fundadas nas carências de meios de consumo coletivo; o problema da mudança do sistema de dominação passou a ser olhado sob a ótica da democratização do regime autoritário (e, digase de passagem, é neste contexto que aparecem as recorrentes menções à questão da cidadania, não obstante certos esforços isolados — por exemplo, JACOBI e NUNES, 1980 — de recolocá-la em termos mais amplos).

As considerações acima talvez sejam suficientes para esboçar como se configura o paradigma. Seria este, então, o momento de apresentar seu núcleo central e a forma de aproximação aos problemas da pesquisa. Sua pedra de toque é uma concepção analítica que se aproxima das manifestões coletivas como forma de expressão *populares, alternativas, independentes e espontâneas* (tanto no sentido de não-institucionais quanto de não dirigidas desde fora). Sua especificidade frente a outros movimentos populares é sempre dada por contraste: menos institucionalizado, mais “popular” (no sentido de não-fabril), etc. Do ponto de vista de sua inserção no processo político, o Estado é tomado como interlocutor privilegiado, e o impacto transformador das manifestações coletivas grandemente enfatizado. Na realidade, pode-se mesmo dizer que estes dois últimos pontos — o Estado como interlocutor e o impacto transformador das mobilizações populares analisadas — adquirem, no núcleo central do paradigma consolidado, uma verdadeira condição de pressuposto, já que daí deriva grande parte do interesse na pesquisa sobre os movimentos sociais urbanos (é em torno deste conjunto de questões que se articula a excelente crítica de CARDOSO, 1983).

10 Embora focalizemos aqui o caso brasileiro em particular, não se pode esquecer os efeitos da conjuntura em outros países, como é o caso espanhol. Cfr., por exemplo, o trabalho de Castells sobre os movimentos sociais urbanos na Espanha e que é, incidentalmente, uma clara ilustração do ponto de inflexão em sua obra (da síntese “pré-paradigmática” para a reflexão “no interior” do paradigma especificado — cfr. nota 7 acima) (CASTELLS, 1980). Cfr. também o paralelo entre o caso espanhol e brasileiro traçado por JACOBI e NUNES (1980).

11 Na obra já fartamente mencionada, Kuhn refere-se ao fato de que, para operar eficientemente, um paradigma não precisa ser inteiramente coerente, podendo abrigar ambiguidades e contradições. O paradigma da pesquisa de movimentos sociais urbanos constitui, sem dúvida, um caso muito mais “aberto” (com menor grau de coerência) do que aqueles estudados por Kuhn. Apenas a título de exemplo, tomemos o caráter “alternativo” das manifesta-

Descontadas as evidentes (e propositais) simplificações desta rápida caracterização, este é o eixo central em torno do qual se organiza o paradigma da pesquisa. É óbvio que esta base — a forma pela qual o paradigma se consolida — implica ao mesmo tempo uma série de consequências para a investigação ((objeto, teoria e hipóteses de trabalho), elas também partes constitutivas do paradigma entendido em seu conjunto. É para algumas dessas consequências — as que consideramos cruciais para a produção de novos conhecimentos, ou seja, para a superação do paradigma — que nos voltaremos agora.

Em primeiro lugar, devemos mencionar um movimento analítico que poderíamos chamar de “internalização da perspectiva”. Com esta expressão queremos indicar que, dada a maneira pela qual se consolidou o paradigma, toda a problemática em questão tinha que ser colocada em termos dos *processos sociais relacionados à dinâmica interna das manifestações coletivas*. Deve ser aqui enfatizado que esta afirmativa não é uma mera dedução lógica, mas antes a constatação de um fato, a partir da literatura da produção sobre movimentos sociais. Na realidade, independente do âmbito, ou escopo, da pesquisa é a dinâmica interna que orienta as investigações e conclusões. Na realidade, sendo muito ampla a diversificação das pesquisas, o que é “dinâmica interna” também está longe de ser homogêneo: em certos casos, é o conjunto de reivindicações e alianças que ocorrem numa dada localidade (cfr., p. exemplo, MACHADO DA SILVA e MAGALHÃES, 1983); em outros o relacionamento de um conjunto de associações locais articulado em torno de reivindicação da mesma natureza (JACOBI e NUNES, 1981; GOHN, 1981); etc.¹² De qualquer maneira, importa salientar que toda a análise paradigmática se concentra sobre os processos políticos que ocorrem no interior seja do bairro, da associação ou da(s) reivindicações. Aceita esta colocação, que nos parece inquestionável, é fácil avaliar a compatibilidade e o grau de reforço recíproco entre esta orientação analítica e a ênfase

coletivas. São inúmeras as referências ao fato de que parte de sua importância reside em que elas substituem canais tradicionais da vocalização destruídos pela repressão do regime autoritário — retomando, portanto, uma dimensão “institucional”, ou “institucionalizante” que é ao mesmo tempo rejeitada. Ou tomemos a flagrante contradição que é, no plano da teoria, definir essas manifestações como policlassistas, e na prática da pesquisa assumir seu caráter “popular”, abandonando a reflexão sobre a composição de sua base social.

12 Como essas diferentes dimensões não são trabalhadas, a heterogeneidade das manifestações coletivas fica remetida para um segundo plano, de modo que a própria noção de “movimento” torna-se relativamente obscura (veja-se nota anterior).

se quase mítica na mobilização presente na grande maioria dos trabalhos.¹³ Tem-se também que concordar com a crítica de CARDOSO (1983), de que o aparelho de Estado, nestas análises, torna-se uma figura monolítica e relativamente opaca.

Intimamente associada a esta perspectiva que "internaliza" a análise, encontra-se uma segunda consequência. Trata-se do modo de conceber as relações entre os movimentos sociais urbanos e outras instâncias da ação política. Dada a ênfase no caráter autônomo e espontâneo das manifestações coletivas estudadas, estas relações tendem a ser investigadas a partir de uma perspectiva que focaliza a questão em termos do eixo interno/externo. Neste sentido, todo o esforço analítico fica *canalizado e limitado por uma polarização que antecipa as conclusões*: de um lado, cooptação e/ou esvaziamento; de outro, mobilização e/ou enfrentamento. De fato, o tema central desta área de estudos — a presença na cena política dos movimentos sociais urbanos — é quase universalmente abordado em termos do impacto positivo ou negativo que resulta dessas relações (fundamentalmente com os partidos políticos e com o aparelho de Estado), concebido como "vitória" ou "derrota" do grupo responsável pela manifestação estudada.¹⁴

Para terminar esta seção, gostaríamos de mencionar ainda que de forma muito esquemática e resumida, uma das implicações fundamentais de quanto foi dito até aqui, no plano das concepções teóricas associadas ao paradigma. Trata-se da própria noção de processo político embutida na análise, que passa a assumir um caráter duplamente fracionado.

13 Todos os aspectos até aqui mencionados são profundamente interdependentes — e não é outra a razão de tratarmos as pesquisas sobre movimentos sociais urbanos como paradigmáticas. Assim, por exemplo, se a internalização da análise está associada à ênfase na mobilização, esta tende a ser vista como condição da própria autonomia (cfr., por exemplo, SILVA, 1983), atributo que por sua vez é uma das dimensões da própria definição dos movimentos sociais urbanos.

14 JACOBI e NUNES (1983), por exemplo, esforçam-se por demonstrar que, dadas certas condições, pode-se conservar a autonomia do movimento, a relação com as agências estatais não resultando, portanto, em cooptação da mobilização popular. Estuda-se o movimento dos centros de saúde tendo-se *do outro lado*, a agência estatal reagindo sobre ele; neste caso, o resultado é positivo, já que, em vista da *natuzera da mobilização*, o movimento *conservou sua autonomia*. Polarizada a análise desta forma, pouco é dito sobre a reciprocidade entre as manifestações populares e a disposição de intervir da agência estatal estudada. Utilizamos este trabalho como exemplo devido à evidente seriedade e ao nível de elaboração analítica; a maioria dos outros textos que abordam o assunto é muito mais radical e simplificadora.

a) Movimento social x sistema institucional

Todo o processo político é concebido como contendo dois campos em oposição: de um lado o “movimento social”, lugar da liberdade (ou da libertação), de afirmação da identidade e de controle sobre sua própria existência por parte dos grupos mobilizados; de outro, o “sistema institucional”, lugar da repressão, controle e dominação desses grupos. O processo político — a luta política, ou “a política” *tout court* — é o conflito entre estes dois campos, cujo resultado não é concebido como uma síntese que transforma ambos, mas como a diluição de um pela interferência vitoriosa do outro (ou o movimento social é engolfado pelo sistema institucional e desaparece nele, ou, ao contrário — e este é o fim almejado —, o sistema institucional é destruído pelo movimento social). Que esta é a postura teórica que sustenta o paradigma foi muito bem percebido por BOSCHI (1983 e 1984) que transforma esta concepção a um só tempo no centro de sua crítica e como objetivo de um esforço de reflexão extremamente interessante. Esse autor, porém, considera que o destino mais promissor de um movimento social (isto é, quando em sua evolução não desaparece o que contém) é a transformação e ampliação do sistema institucional, incorporando novos atores e tornando-se mais democrático. Com isto, se Boschi é bem sucedido no sentido de adotar uma visão global que recupera a integridade do processo político (isto é, que não o fraciona), incorre ao mesmo tempo num certo “reduccionismo” (pois não se pode esquecer que um sistema de dominação não se esgota no plano institucional, e portanto não há porque adotar este último como ponto de observação e de conclusão, por mais privilegiado que seja).

b) O processo político como relação entre dois pólos (ou atores)

O outro fracionamento que sofre a noção de processo político corresponde, em certo sentido, a uma verdadeira sentença da morte. Os atores políticos são “expulsos” do interior do processo, passando a figurar como polos de uma relação de oposição, que é vista apenas em termos de seu resultado. É por isso que, em primeiro lugar, pode-se “internalizar a análise”, no sentido que mencionamos anteriormente: na medida em que se trata de uma relação de oposição entre dois pólos, ou atores, torna-se legítimo privilegiar um deles para efeitos de análise. E é por isso que, em segundo lugar, pode-se pensar em um ator “interferindo” sobre as ações do outro (intervenção de agências governamentais, de partidos, de órgãos da Igreja, de políticos ou da máquina clientelística, etc.), e que essa interferência pode ser avaliada em termos de impactos positivos ou negativos. Levada ao

limite, esta concepção fragmentada do processo político — ou ausência de concepção de processo — corresponde a entendê-lo como uma sucessão de ações dicretas de um ator sobre o outro. Lamentavelmente, mais que mero perigo lógico, esta é uma característica presente no paradigma de análise dos movimentos sociais urbanos.

3. CONCLUSÃO

Acreditamos que a impregnação da reflexão coletiva por um determinado paradigma seja um processo complexo onde certas margens de consenso e de pressupostos teóricos e factuais permaneçam intocadas.

A própria fixação de um tema central, no caso movimentos sociais urbanos, contribui para a resistência deste processo; constituindo a cristalização do paradigma um dos momentos centrais do pensamento de grupo. Há, neste sentido, um processo de esforço mútuo, entre analistas, que constitui um mecanismo significativo de criação do *fundo comum* de afirmações genéricas que amplia a sombra do paradigma sobre a reflexão nova.

Julgamos, por outro lado, que os processos de especialização acadêmica e de divisão intelectual do trabalho também contribuam, com intensidade, para que as margens de consenso não signifiquem uma conquista consciente mas, sim, um patamar da linguagem compartilhada que pode pesar, negativamente, sobre a reflexão de eventos novos e sobre a reflexão criadora de eventos antigos.

Pensamos, ainda, que para a fixação de uma estrutura paradigmática não contribuam, apenas, os movimentos próprios do campo intelectual, ou seja, a existência de interpretações mais ou menos vitoriosas em determinadas épocas a partir de causas circunscritas à dinâmica interna deste campo. Acreditar nisto seria minimizar, extraordinariamente, a importância social das idéias coletivas e reduzir o impacto da articulação do campo intelectual com a ideologia e a política.

Assim, a modelagem da reflexão coletiva por um paradigma só se torna possível, para nós, na medida em que as margens de consenso que este propõe encontrem raízes fortes e terra fértil noutras margens de consenso mais ampliadas, diretamente vinculadas ao presente histórico.

Desta forma, apreender a força de um paradigma significa, também, em ciências sociais, identificar o seu entorno, ou melhor dito, compreender o conjunto de postulações gerais sobre o momento vivido por uma determinada sociedade que encaminha, por decorrência lógica, a inserção do paradigma na reflexão coletiva.

Uma vez instalado o paradigma este passa a orientar, de forma significativa, a análise de fatos sociais circunscritos — no nosso caso, daquelas manifestações sociais passíveis de serem conceituadas como movimentos sociais urbanos.

Evidentemente, referimo-nos, através da tentativa de identificação da estrutura paradigmática que nos orienta, a um processo muitíssimo mais intrincado e complexo de influências do que a mera, e em geral improcedente, acusação de importação a-crítica de modelos de conhecimento para a análise da nossa realidade social.

Este processo intrincado e complexo sugere a existência de uma articulação sólida entre o paradigma e um amplo sistema de aceitações tácitas que constituem, em última análise, as fronteiras em que se instala o conhecimento específico e os limites que orientam o questionamento.

Em decorrência destas colocações podemos citar dois movimentos básicos de reforço do paradigma e que afetam, diretamente, as nossas possibilidades de renovação da reflexão. De um lado, a seleção, para análise, de fatos sociais que contenham, virtualmente, as características reconhecidas pelo paradigma. E, de outro, as tentativas de adaptação do esquema mental paradigmático para a avaliação de eventos que possam vir a romper o consenso já instalado. Naturalmente, os dois movimentos contribuem, ainda que de forma desigual, para a preservação do paradigma, já que ambos impedem que seja realizada uma crítica substantiva aos limites atuais da reflexão.

Ainda com relação ao processo de enraizamento do paradigma parece-nos de fundamental importância procurara esclarecer, ainda que de forma breve e dura, a percepção genérica sobre a história política do país que subsidia a manutenção do patamar analítico a partir do qual é realizado, com frequência, o estudo dos chamados movimentos sociais urbanos.

Este patamar, como não poderia deixar de ser, é fortemente unificador, centrado no Estado e nas macro características do processo de dominação social e política no país.

Neste sentido, a visão do Estado monoliticamente excludente à participação da sociedade civil é um dos ingredientes fundamentais de confirmação do paradigma. Podemos observar, ainda, que o que encontra-se em jogo não é, apenas, uma perspectiva sintética da ditadura e dos processos políticos recentes mas, uma interpretação que encontra força no presente a partir de uma perspectiva definida com relação à história do país.

As linhas de compreensão do presente podem engolfar, portanto, termos, já absorvidos, da análise do passado consensual, tais como cooptação, clientelismo e manipulação. Por outro lado, a observação do longo convívio com o que é considerado o *velho* da história do país articula-se, nem sempre de forma explícita, com um leque de críticas à atuação dos partidos políticos e de outras instituições com forte presença histórica, o que evidentemente tem repercussões diretas na caracterização do *novo* a ser identificado e reafirmado na análise das reivindicações urbanas.

Consideramos que os atributos dos movimentos sociais urbanos, ditados pelo paradigma, ganhem maior clareza face à identificação da concepção histórica a partir da qual temos aplicado, com frequência, o nosso instrumental teórico. Assim, estes movimentos sociais — vistos como populares, alternativos, independentes e espontâneos — têm sua importância política reforçada pela expectativa de ruptura com um passado do qual emerge o seu principal opositor, o Aparelho de Estado.

Julgamos poder afirmar, ainda, que os atributos dos movimentos sociais que têm orientado a nossa percepção encontram sua razão de ser na compreensão consensual do seu pólo oposto, um sólido Aparelho de Estado cujas características trans-históricas é a-conjunturais o identificam como incapaz de absorver e transformar-se em confronto com reivindicações “legitimamente” populares.

Pensamos que este ingrediente fundamental da impregnação do paradigma na análise da realidade brasileira tenha consequências teóricas e factuais importantes que citaremos a seguir.

Em primeiro lugar, podemos observar significativa confluência entre a perspectiva analítica do processo histórico e político do país a partir da qual temos trabalhado e as análises clássicas dos movimentos sociais urbanos (CASTELLS, BORJA, LOJKINE), já que estas análises localizam no Estado e nas necessidades gerais do capitalismo monopolista o caráter novo, teoricamente atribuído, das reivindicações urbanas.

Entre nós, no entanto, o novo estende-se a uma esfera que, por vezes, é quase exclusivamente política dado que são praticamente inexistentes os estudos que realizem a articulação empírica e teórica entre as tendências espaciais da produção, as formas integradas de atuação do Aparelho de Estado e as reivindicações urbanas.

Desta forma, tendemos, com mais facilidade, a absorver dos clássicos da nossa área de conhecimento a diagnose política — coerente com a nossa própria perspectiva analítica da realidade do país — e, não, a totalidade das perguntas teóricas e de método. Os parâmetros da validade do nosso esforço coletivo podem ficar, portanto, implícitos na análise, já que o encerramento dos estudos diretamente nos movimentos sociais encontra apoio em pressupostos teóricos intocados pelo trabalho de pesquisa.

Em segundo lugar, e em decorrência do ponto anterior, pode ser observado um processo de homogeneização analítica que impede que diferenças locais e regionais sejam aprofundadas, na medida em que o significado último dos movimentos sociais encontra-se *pré*-estabelecido: luta pela participação, luta pela cidadania, luta pela melhoria da qualidade de vida, luta contra o Estado. Assim, variações nas expectativas da população e na experiência histórica acumulada de organização social e política, assim como, variações nos pactos de poder e nas estratégias espaciais dos setores dominantes tendem a ser analiticamente subordinadas a uma avaliação quase constante do sentido político das lutas urbanas.

Em terceiro lugar, e ainda em decorrência dos pontos anteriores, podemos nos referir ao fato de que provavelmente as características do processo de enraizamento do paradigma decorrem de dificuldades concretas no entendimento da realidade do país e, da não superação completa de problemas centrais referentes, sobretudo, à análise da estrutura de classes. Assim, a penetração do paradigma ocorre sobre um plano de fundo de dificuldade teóricas que a ênfase na natureza *política* nova dos movimentos sociais urbanos ajuda a encobrir.

Neste sentido, o nosso mal estar coletivo com relação à(s) teoria(s) da marginalidade social reduz-se quando o par analítico: participação x exclusão (marginalização) não encontra-se relacionado à identificação direta da estrutura de classes (cfr. MACHADO DA SILVA e ZICCARDI, 1980 e LIMONAD, 1984).

Por fim, podemos acrescentar que o diagnóstico consensual que identifica nos chamados movimentos sociais urbanos formas de organização social dirigida, estruturalmente, ao confronto com o Estado, contribui para reduzir o acúmulo histórico de conhecimentos e, portanto, a nossa capacidade coletiva de prognose. De fato, inexistente orientação analítica, a partir do paradigma, para a compreensão das tendências conjunturais e possíveis modernizações localizadas do Aparelho de Estado (ver GONÇALVES, 1983 e o texto, extremamente provocativo, original e corajoso de OLGA BRONSTEIN, 1982).

A articulação deste conjunto de consequências da adoção do paradigma não pode ser completamente apreendida sem uma referência, mais clara, à contradição que sedimenta os seus alicerces: Estado x sociedade. A contradição prevista no paradigma, imediatamente política, *simplifica* — e isto é característico dos paradigmas — o conceito de Estado = sociedade política + sociedade civil. Esta simplificação tende a ocorrer de tal forma que a sociedade civil deixa de ser um campo específico do processo de dominação, e co-responsável fundamental por este processo, para transformar-se, com alguma naturalidade, no seu oposto (ver MACCHIOCCHI, 1976).

A obsorção teórica desta simplificação pode redundar no envolvimento da análise com necessidades políticas imediatas da conjuntura que vivemos o que, por sua vez, tem grave consequências para a compreensão das dificuldades sofridas pelos próprios movimentos sociais.

Neste sentido, importantes instituições da sociedade civil (tais como o Igreja, a Imprensa, as Associações Profissionais, a Universidade) deixam de ser analisadas em suas intencionalidades específicas, o que imobiliza, em grande parte, a compreensão dos agentes políticos e da natureza dos mecanismos de poder presentes na realidade urbana do país.¹⁵

15 Devemos nos referir, aqui com relação à análise da Igreja ao esforço realizado por DOIMO, 1981 e 1983, sendo que nossas observações têm o sentido de estimular que sejam retiradas a totalidade de suas consequências teóricas o que, ao nosso ver, só poderá ocorrer pelo confronto direto com o paradigma.

Por outro lado, a absorção simplificadora do confronto Estado-sociedade civil é coerente com o predomínio, nem sempre nitidamente evidenciado, de uma visão *interclassista* (estrutural e conjuntural) dos movimentos sociais. Tal predomínio manifesta-se, com frequência, no uso de determinados conceitos — moradores, população, setores e classes populares — que englobam um conjunto heterogêneo de forças e interesses sociais.

Com relação a este último aspecto da impregnação da reflexão coletiva pelos limites propostos pelo paradigma, não podemos deixar de nos referir à pouca clareza com que, em geral, são tratadas as contradições urbanas e, portanto, à pouca frequência com que são investigados interesses contraditórios presentes nos movimentos sociais. Desta forma, a fixação, pelo paradigma, de um determinado padrão de confronto ajuda a fazer com que sejam procurados na análise, sobretudo, possíveis vínculos entre o Aparelho de Estado, frações definidas do capital e o surgimento de mobilizações urbanas; sendo raríssimas, portanto, as tentativas de reflexão sobre as contradições internas aos movimentos sociais e, as avaliações de seus limites políticos.

Acreditamos que para este processo de apagamento de certos temas e problemas contribua, substantivamente, a natureza da teoria clássica dos movimentos sociais urbanos, comprometida com determinadas perspectivas da transformação social; porém, acreditamos, também, na influência, mais uma vez, da diagnose política referida anteriormente, através da qual a multiplicação de um formato organizativo — associação de moradores — absorve, genericamente, um padrão de legitimidade política calcado na identificação da contradição fundamental do paradigma. Em decorrência, questões relativas à heterogeneidade social nos bairros e dos bairros (ver LOBATO, 1982), à representatividade das associações de moradores, à potencialidade deste formato organizativo que permitiram o enfrentamento de questões emergenciais, tais como o desemprego e a violência, terminaram por ser raramente, ou nunca, levantadas de forma consistente.

É também evidente que esta homogeneização tendencial da análise afeta, de forma circular, o estudo do poder e da política no contexto urbano do país. Aliás, acreditamos que o próprio recurso ao passado, mais frequente hoje no estudo dos movimentos sociais, possa vir a sofrer limitações decorrentes da influência do paradigma, seja através da observação isolada de movimentos de incontestável

base proletária seja através da pouca relevância atribuída à organização de outros segmentos sociais e de seu impacto político.

Um dos aspectos fundamentais do paradigma e que permaneceu latente durante a exposição anterior pode ser referido a grosso modo, neste momento, como um seguido *processo reducionista* da realidade social, que contribui, frequentemente, para que continue pouco evidenciada a complexidade que, de fato, está sendo trabalhada.

Assim, assistimos, muitas vezes de forma *pré-consciente*, à redução do país ao contexto urbano-metropolitano, o que colabora para que aceitemos, sem maiores questionamentos, a redução do Estado ao chamado poder público; a política à direção dos investimentos materializados nas grandes cidades e, as classes sociais ao privilégio relativo alcançado nos assentamentos urbanos.

Desejamos esclarecer, aqui, que não minimizamos absolutamente a importância política específica do chamado "front da reprodução" (BUNGE, 1977). Ao contrário, pensamos que esta minimização possa ocorrer, exatamente, pela aplicação do paradigma, pois este propicia as condições para que seja atribuída uma importância extremamente incisiva, unidirecional, a-conjuntural e pré-determinada aos movimentos sociais.

Neste sentido, podemos acrescentar que é extraordinária a distância política que separa, inúmeras vezes, o registro paradigmático das mobilizações urbanas — articuladas, sobretudo, à conquista imediata do direito à vida na cidade (habitação, infra-estrutura, segurança e trabalho) — da comprovação teórica da diagnose política proposta pelo paradigma.

Convém lembrar, também, que a perda da especificidade do urbano dificulta a realização de análises consideradas, amplamente, importantes para o desenvolvimento da reflexão coletiva como aquelas referentes ao caráter cíclico dos movimentos sociais urbanos e à avaliação de suas vitórias e perdas (ver, neste sentido, FONTES, 1983).

Pensamos que a abrangência do discurso consensual pode estimular um processo de obscurecimento da análise específica das contradições urbanas, uma das razões de ser da bibliografia clássica de apoio, na medida em que a observação atenta dos alvos imediatos das mo-

bilizações sociais e de suas motivações particulares tende a ser amplamente ultrapassada pela força do diagnóstico da situação política do país e do significado dos movimentos sociais para a sua transformação.

Ousaríamos afirmar, por último, que a existência do paradigma colabora para que sejam omitidos, com frequência, da análise dos movimentos sociais urbanos, elementos que consideramos de extrema relevância e que constituem parte do nosso acervo de conhecimentos comuns. Neste acervo localizamos o saber acumulado sobre os processos históricos da construção da cidade no país e o saber acumulado sobre as práticas políticas urbanas.

É curioso observar, com relação ao primeiro tipo de saber, que o seu uso sistemático articulado à reflexão das reivindicações urbanas atuais permitiria o questionamento aprofundado do caráter novo atribuído aos chamados movimentos sociais urbanos. Por outro lado, é também curioso observar que, com relação às práticas políticas urbanas, os analistas da cidade identificaram noutras parcelas e tempos urbanos (por ex.: favelas, conjuntos habitacionais) os elementos característicos da heterogeneidade social, das relações internas de poder e dos limites das práticas políticas que são comumente negados, pelos termos mais gerais do paradigma, à análise das reivindicações urbanas contemporâneas no país.

BIBLIOGRAFIA

BÖSCHI, Renato (1983) "*Movimentos Sociais e a Institucionalização de uma Ordem*", trabalho apresentado no Seminário Oportunidades e Limites da Sociedade Industrial Periférica: o Caso do Brasil, Nova Friburgo, IUPERJ/Stanford-Berkeley Joint for Latin American Studies.

_____, (1984) "*On Social Movements and Democratization: Theoretical Issues*", mimeo.

BRONSTEIN, Olga (1982) "*De Cima para Baixo ou de Baixo para Cima?*", VI Encontro Nacional da ANPOCS, Friburgo.

BUNGE, William (1977) 'The Point of Reproduction: a second front' in *Antipode (A Radical Journal of Geography)*, vol. 9, nº 2, september.

- CARDOSO, Ruth (1983) "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico". in B. Sorj e M. H. Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- CASTELLS, Manuel (1972) "*La Question Urbaine*", Paris, Maspero.
- _____, (1974) "*Sociologie des Mouvements Sociaux Urbaines*", Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2 vols.).
- _____, (1980) "*Cidade, Democracia e Socialismo*", Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DOIMO, Ana Maria (1981) "*O Movimento de Transporte Coletivo: uma experiência de organização reivindicatória*", V Encontro Nacional da ANPOCS, Friburgo.
- _____, (1983) *Is Rumos dos Movimentos nos Caminhos da Religiosidade*, VII Encontro Nacional da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- FONTES, Angela M. M. (1984) *Gardênia Azul: O Trabalho Feminino na Produção do Espaço Urbano*, Tese de Mestrado apresentada ao PUR/UFRJ.
- GONÇALVES, Douglas C. (1983) *Reivindicação Urbana, Estratégia Política e Movimento Social das Associações de Moradores*, Tese de Mestrado apresentada ao PUR/UFRJ.
- GOHN, Maria da Glória (1981) *O Movimento de Luta por Creches em São Paulo: Reconstituição Histórica e Algumas Considerações Teóricas*, V Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo.
- JACOBI, Pedro (1980) "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 9.
- JACOBI, Pedro e Edison Nunes (1980) *Movimentos Populares Urbanos, Participação e Democracia*, IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro.
- _____, (1981) *Movimentos por Melhores Condições de Saúde: Zona Leste de São Paulo — A Secretaria de Saúde e o Povo*, V Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo.
- _____, (1983) *Movimentos Sociais Urbanos na Década de 80: mudanças na teoria e na prática*, VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- KUHN, Thomas (1975) *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Rio de Janeiro, Perspectiva.

- LIMONAD, Ester (1984) *A Trajetória da Participação Social: sua elaboração teórica e apropriação prática*, Tese de Mestrado apresentada ao PUR/UFRJ.
- LOBATO, Roberto (1982) "Espaço e Movimentos Sociais Urbanos: uma Introdução". in *Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos*, vol. I, Porto Alegre, 17 a 23 de julho.
- LOJKINE, Jean (1977) *Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, Paris, PUF.
- MACCHIOCCI, Maria-Antonieta (1976) *A Favor de Gramsci*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MACHADO DA SILVA, L. A. e A. Ziccardi (1978) *Notas para uma discussão sobre "Movimentos Sociais Urbanos"*, III Encontro Anual da ANPOCS, Belo Horizonte.
- MACHADO DA SILVA, L. A. e P. Magalhães (1983) *Mata Machado: Aspectos das Lutas Sociais numa Favela Carioca*, VII Encontro Nacional da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- MOISÉS, José Álvaro (1975) *A Experiência de Mobilização Popular em São Paulo*, XXV Reunião Anual da SBPC, São Paulo.
- , (1978) *Classes Populares e Protesto Urbano*, USP, Tese de doutoramento.
- , (1980) *Protesto Urbano e Política: o Quebra-Quebra de 1947*, IV Encontro Anual da ANPOCS, Rio de Janeiro.
- e V. M. de Allier (1977) "A Revolta dos Suburbanos ou 'Patrão, o Trem Atrasou'", in Moisés et alii: *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, pp. 13-64.
- RIBEIRO, A. C. Torres (1981) *Movimentos Sociais Urbanos e Registros Brasileiros*, V Encontro Anual da ANPCS, Friburgo.
- SILVA, Ana Amélia da (1983) *Quebra-quebras de Trens de Subúrbio: "Curto-Circuitos" ou Dimensão Política da Opressão?*, VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro.
- WEFFORT, Francisco (1978) *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

RESUMO

O texto propõe a identificação da estrutura paradigmática de reflexão que tem orientado o estudo, no país, dos movimentos sociais urbanos. Para

tal apoia-se, sobretudo, no conceito de paradigma proposto por Thomas Kuhn e nos trabalhos apresentados, anualmente, ao Grupo de Trabalho Lutas Urbanas, Estado e Cidadania da ANPOCS.

O texto visa contribuir para o esclarecimento do padrão teórico, factual e político que tem sido privilegiado nos estudos das reivindicações urbanas, assim como, de suas consequências para os limites que tolfhem, atualmente, o questionamento dos chamados movimentos sociais urbanos.

ABSTRACT

The paper proposes the identification of the reflexion paradigmatic framework that have directed the study, in Brazil, of the urban social movements. For this it stays, mainly, in the concept of paradigm proposed by Thomas Kuhn and in the works presented, yearly, to the ANPOCS'S Urban Conflicts, State and Citizenship Work Group.

The paper aims to contribute for the theoretical factual and politics pattern's elucidation that have been privileged in he urban claiming studies; as wel as, for its consequences for the limits that today embarrasses the interrogation of the so called urban social movements.

RÉSUMÉ

Le texte propose l'identification de la structure paradigmatic de réflexion que a orientés l'étude, au Brésil, des mouvements sociaux urbaines. Pour cela il s'appui, surtout, sur le concept de paradigme proposé par Thomas Kuhn el sur les travaux annuellement présentés au Groupe de Travail Luttés Urbaines, État et Citoyenneté de l'ANPOCS.

Il vise concourir pour le éclaircissement du patron theorique, factuel et politique qui il y avait eu privilégié aux étude des revendications urbaines, aussi bien que ses conséquences pour les limites qui embarrassent, aujourd'hui, le mise en question des mouvements sociaux urbaines.

